

## Justiça Federal vÃª ilegalidade de prova, mas mantÃ©m condenaÃ§Ã£o

A JustiÃ§a Federal no Parana já reconheceu que parte das provas que basearam condenaÃ§Ãµes ligadas  chamada operaÃ§Ã£o "fiducia"  de fonte ilegal. E já foi até aberto inquérito para apurar o cometimento de fraude. Mas a sentenÃ§a condenatória foi mantida no primeiro grau e o Habeas Corpus negado pelo Tribunal Regional Federal da 4 Região, pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a e pela ministra Cmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal. Agora, a 2 Turma do STF é quem irá dizer se a obtenÃ§Ã£o ilegal de provas anular a condenaÃ§Ã£o.

ReproduÃ§Ã£o



Juíza Gabriela Hardt afirma que havia forte suspeita de fraude na obtenÃ§Ã£o das provas, mas não anulou sentenÃ§a condenatória. ReproduÃ§Ã£o

O caso faz parte de operaÃ§Ã£o deflagrada pela Polícia Federal para investigar fraudes em contratos públicos na área da saúde.

Segundo os advogados que atuam no caso, as condenaÃ§Ãµes se baseiam em grampos no telefone de Fernando Guimarães, conselheiro do Tribunal de Contas do Parana.

O ponto crítico do caso é que o conselheiro teria sido grampeado sem seu número estar na lista dos autorizados a terem as escutas fixadas. Interceptaram sem autorizaÃ§Ã£o, segundo os advogados, e fraudaram os dados do sistema de armazenamento pra ocultar a ilegalidade alterando nos registros o número do conselheiro pra o numero da esposa, que estava interceptado com autorizaÃ§Ã£o.

As autorizaÃ§Ãµes de grampo foram concedidas pelo ex-juz Sergio Moro, hoje ministro da JustiÃ§a, a pedido do ex-delegado da PF Márcio Anselmo, hoje chefe da Divisão de Crimes Financeiros do Ministério da JustiÃ§a (DFin).

O membro do TCE nem poderia ser grampeado com decisão de juiz de primeiro grau. Conselheiros de tribunais de contas locais têm prerrogativa de foro no STJ, e são l podem ser investigados.



Nos áudios captados pela PF, foram inclusive registradas conversas entre conselheiros do TCE.

Os réus foram condenados, segundo a denúncia, por integrar organização criminosa e corrupção. Nos embargos à sentença, o advogado **Fábio Tofic Simantob**, que representa uma das rés, apontou fortes indícios de que o conselheiro do TCE havia sido grampeado quando o verdadeiro alvo da interceptação era a mulher dela — sem prerrogativa de foro.

Ao julgar os embargos, a juíza Gabriela Hardt, substituta na 13ª Vara Federal de Curitiba, reconheceu que o grampo foi autorizado por autoridade incompetente e tocado por autoridade incompetente. E mandou a PF abrir inquérito para apurar se houve fraude.

"Há forte suspeita de que, no decorrer da medida de interceptação telefônica da operação fidúcia, [o conselheiro] foi interceptado sem autorização judicial, e suas conversas foram registradas no Sistema Guardiã como se tivessem sido realizadas a partir do terminal telefônico de sua esposa", afirma Hardt. Ela, no entanto, não deu efeitos infringentes aos embargos e manteve as condenações.

Tofic já recorreu ao TRF-4, ao STJ e à ministra Cármen Lúcia, apenas para ver seus Habeas Corpus negados. Ele agora espera reverter o quadro na 2ª Turma, composta pelos ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Luiz Edson Fachin, além de Cármen.

### **Burla e crime**

No pedido de HC, Tofic afirma que a nota técnica utilizada para condenar sua cliente é um nó em uma cadeia de provas que tiveram boa parte de sua origem em um fato ilegal: o grampo sem autorização de uma autoridade pública.

O advogado ressalta que a jurisprudência recomenda a anulação de sentença em casos no qual toda a cadeia de provas está contaminada.

"A certeza do cometimento de fraude por parte dos investigadores que vigora neste momento coloca uma nuvem de suspeita sobre o todo o procedimento de interceptação telefônica, que deve, portanto, ser anulado", afirma o advogado.

Tofic lembra que a suspeita não é apenas uma questão de ilicitude da prova, mas de procedimento manipulado, mediante uso de fraude, para burlar e usurpar a competência do STJ.

"Os dados e informações de que se dispõe até o momento — não desmentidos por ninguém! — mostram que a investigação e todas as medidas anteriores à denúncia — entre elas a própria interceptação telefônica — foram conduzidas por autoridade incompetente, mas não por mero engano ou negligência. Não! A usurpação ocorreu por meio de fraude, manipulação, adulteração, ou em uma só palavra, com a prática de crime!", afirma.

### **Supressão de instância**

Ao negar o HC, a ministra Cármen Lúcia afirma que a alegação de usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça foi negada pela própria corte.



Quanto ao mérito, a ministra diz que o STF não pode julgar fatos que ainda não foram analisados pelas instâncias anteriores, pois isso pode gerar indevida supressão de instâncias.

**HC 174.751**

Clique [aqui](#) para ler o pedido

*\*Texto alterado às 10h38 do dia 11 de setembro de 2019 para correção*